



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a importância da Jornada da categoria dos Jornalistas e Impacto do Plano de Cargos e Remunerações (PCR), proposto pela direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Senhor Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelência nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de audiência pública para discutir a importância da jornada da categoria dos jornalistas, conforme prevista em lei, e o impacto do Plano de Cargos e Remunerações proposto pela direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na garantia desse direito histórico dos jornalistas no Brasil. A decisão da EBC tem gerado repercussões negativas entre os profissionais da área e entidades representativas. Segue a sugestão de convidados para compor a mesa.

1. Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
2. Representante da Secom da Presidência da República;
3. Representante da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
4. Sr. Pedro Rafael Vilela - Representante dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais do DF (SJPDF);
5. Sra. Carol Barreto - Representante do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro;
6. Sr. Eduardi Vine - Representante do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo;
7. Sra. Samira Castro - Presidenta da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Diante da decisão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de atacar a jornada especial da categoria dos jornalistas, prevista na Seção XI da CLT desde 1943, os profissionais se viram compelidos a decretar greve como forma de manifestar sua discordância e resistência às medidas adotadas pela direção da empresa. A imposição de um novo Plano de Cargos e Remunerações (PCR) que rebaixa os salários dos jornalistas em comparação a outros grupos de trabalhadores, ao criar um critério de remuneração por hora, configura uma afronta aos direitos históricos e fundamentais da categoria.

A proposta do PCR elaborada pela direção da EBC não apenas desrespeita a legislação trabalhista vigente, mas também estabelece um precedente perigoso que poderia ser seguido por outras empresas do setor. A ação da empresa federal de comunicação não impacta apenas os jornalistas da própria instituição, mas reverbera em toda a categoria nacional dos jornalistas, ameaçando a integridade dos direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) posicionaram-se contrárias à proposta do PCR da EBC, destacando que ela viola os direitos fundamentais dos trabalhadores e cria disparidades salariais injustas. A equiparação salarial dos jornalistas da EBC com outros profissionais de nível superior representa uma conquista histórica que não deve ser retrocedida.

Diante desse cenário, a greve dos jornalistas da EBC torna-se uma ação legítima e necessária para defender os direitos da categoria, garantir a isonomia salarial entre as diferentes carreiras e impedir que retrocessos prejudiciais sejam impostos aos profissionais da comunicação. A luta dos jornalistas da EBC não se restringe apenas aos interesses individuais dos trabalhadores da empresa, mas busca preservar os direitos e as conquistas de toda a categoria jornalística no país.

Solicitamos a realização de uma audiência pública para debater o tema e ouvir os convidados propostos, a fim de esclarecer os impactos do PCR da EBC na jornada da categoria dos jornalistas e na garantia de seus direitos trabalhistas.

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema proposto, solicitamos o apoio dos (as) nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

